

## 2. A palavra sem fundo nem superfície

A filosofia da linguagem do segundo Wittgenstein, exposta sobretudo nas *Investigações Filosóficas* (1953), oferece-nos não uma teoria sobre a linguagem, mas um rico ponto de vista, uma profusão de questionamentos sobre uma tradicional forma de ver a linguagem, e um convite para que, reconhecendo “a imagem que nos manteve cativos” (IF §115), possamos recusá-la e tomar um ângulo radicalmente diferente para pensar, por um lado, o fenômeno da linguagem como um todo, e por outro, e de especial interesse para este trabalho, a questão da identidade das unidades linguísticas, em especial, a palavra.

Este capítulo irá apresentar e explorar uma proposição central do pensamento de Wittgenstein sobre a linguagem, anunciada ao final do primeiro parágrafo da seção 19 das *Investigações*.

O primeiro parágrafo dessa seção se encerra, e o filósofo acrescenta, após um travessão, como se para não deixar escapar uma boa ideia: “ – E imaginar uma linguagem é como imaginar uma forma de vida.” A questão que nos ocupa, a questão da identidade da palavra será pensada a partir dessa imagem da linguagem, o que significará recusar uma outra imagem, uma outra forma de ver, aquela com a qual o filósofo abre as *Investigações*, a visão representacionista, essencialista e imanentista dos fundamentos e funcionamento da linguagem humana. (Sobre a noção *forma de vida* e o que ela propõe e o que recusa, ver também Glock, 1998; Carver 1994; Cavell 1979)

Assim, antes de prosseguirmos na exploração da perspectiva da linguagem como forma de vida, recapitularemos de forma breve, a perspectiva de linguagem contra a qual essa formulação se ergue. É certo que esta breve exposição e recusa explícita da perspectiva representacionista da linguagem não eliminará alguns retornos no decorrer de todo o capítulo, bem como no restante da tese. Com efeito, este texto contém voltas àquilo que nos “manteve cativos por tanto tempo”, e conserva em sua textura marcas de uma tradicional forma de ver. O fato é que, muito provavelmente, o que Wittgenstein anunciou em *Cultura e Valor* (p. 71) aplica-se também aqui, neste esforço de herdar o legado do filósofo: “a minha

exposição será difícil de seguir, porque diz algo de novo, mas também porque tem em si agarradas as cascas do velho ponto de vista.”

A verdade é que devemos reconhecer e respeitar uma dificuldade que logo se impõe em nosso estudo sobre as unidades linguísticas, os problemas do reconhecimento da unidade palavra como categoria das línguas. A perspectiva radicalmente pragmática que orienta esta pesquisa sugere que observemos os *usos* da palavra *palavra*, já que o modelo e a perspectiva de linguagem que informam uma visão wittgensteiniana da linguagem ensinam-nos que qualquer expressão linguística não se deixa determinar por *nada* além de seus *usos* em nossas práticas culturais. O problema e o vespeiro que de imediato se apresentam dizem respeito aos usos ocidentais que historicamente se faz da palavra *palavra* (e de seus correlatos nas diferentes línguas do ocidente); sua história aponta para uma figuração sistemática deste termo como um amálgama objetivo entre som e sentido (Reddy, 1979), uma visão representacionista, enfim. Nesses termos e seguindo reflexão de Helena Martins (2010), pergunta-se:

Então de onde é que podemos falar que a palavra não é isso [um amálgama objetivo de som e sentido]? Afinal, de acordo com o pragmatismo radical, não será palavra tão-somente o que chamamos de *palavra*, no fluxo de nossas práticas? Como desvencilhar a palavra *palavra* de sua história representacionista, numa abordagem que prega justamente a impossibilidade da suspensão da história, que desencoraja a caça aos absolutos metafísicos – no caso, a busca de uma *essência* a-histórica para a palavra *palavra*, o seu supostamente “verdadeiro” significado? (diálogo pessoal, por email)

São essas as cascas do “velho ponto de vista” presas em nossa forma de ver a linguagem das quais desejamos nos liberar, é a esse vespeiro que esta tese reage e é por ele que começamos nosso estudo.

## 2.1. O lastro de uma sólida tradição

Wittgenstein escolheu uma narrativa de Santo Agostinho (*Confissões*: I/8), absolutamente despreziosa em relação a teorias ou questionamentos sobre o fenômeno da linguagem, para que pudéssemos perceber nessa narrativa

espontânea de como teria ocorrido ao autor das *Confissões* o aprendizado da sua língua quando criança, os fundamentos de uma imagem da linguagem que comparece, tácita ou explícita, no âmbito de uma sólida tradição. Reproduzo, abaixo, essa hoje conhecidíssima passagem:

§1 Se os adultos nomeassem algum objeto e ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia isso e compreendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indicá-lo. (...) assim, aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas pelas palavras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E quando habituara a minha boca a esses signos, dava expressão a meus desejos.

Da perspectiva favorecida na passagem de Santo Agostinho, temos uma fórmula largamente fixada em nosso entendimento sobre o funcionamento da linguagem: depreende-se que o que ocorre nesse tipo de aprendizado é um treinamento para a realização de uma conexão mental, que, uma vez estabelecida, nos franquearia o domínio e, conseqüentemente, a possibilidade de uso da linguagem.

Nesses termos, na base do aprendizado de uma língua e da sua *conexão* com o mundo estaria a função representacional da linguagem. As palavras são, em última instância, *etiquetas* para as parcelas da realidade (ou da mente) que elas substituem. Seus sentidos podem variar, mas as essências<sup>2</sup> a que elas se ligam de forma imanente garantem que signifiquem, com objetividade, fundamentalmente a mesma coisa nas múltiplas e heterogêneas circunstâncias em que são empregadas. Todos os sentidos estendidos que uma palavra possa ter seriam frutos de um desvio, de uma avaria (Eco, 1997), de uma deriva interpretativa em relação ao sentido central, imanente.

Wittgenstein alerta-nos, em especial, para a situação desconfortável de que nesse viés representacionista, segundo o qual o ensino da linguagem baseia-se no treinamento para o estabelecimento de associações, seria possível inferir, também, que palavras como *e*, *ou*, *mas*, órfãs de âncoras materiais e refratárias ao ensino ostensivo, seriam, surpreendentemente, destituídas de significado. (PG 56, BB 77). Ao comentar, com efeito, a passagem de Agostinho, na seção 1 das *Investigações*, ele nos diz:

---

<sup>2</sup> Para um maior esclarecimento das tese essencialista e imanentista da linguagem, o texto de Martins (2004), *Três caminhos na filosofia da linguagem*, que explora a ascendência filosófica dos três mais influentes paradigmas para o entendimento da linguagem, será bastante útil.

Santo Agostinho não fala de uma diferença entre espécies de palavras. Quem descreve o aprendizado da linguagem desse modo, pensa, pelo menos acredito, primeiramente em substantivos tais como ‘mesa’, ‘cadeira’, ‘pão’, em nomes de pessoas, e apenas em segundo lugar em nomes de certas atividades e qualidades, e nas restantes espécies de palavras como algo que se terminará por encontrar.

Sobre esse mesmo aprendizado e visão da linguagem o filósofo recomenda o cuidado para não “alimentarmos nosso pensamento com apenas uma espécie de exemplo”, o que ele aponta como atitude responsável por uma “doença filosófica” e denomina “dieta unilateral”, propensão a “nutrir o espírito com um único tipo de exemplo” (IF § 593).

É oportuno citar aqui o trabalho de Michael Tomasello, que aponta igualmente para a inadequação do reducionismo semântico que Wittgenstein tanto se empenhou em combater. No capítulo 3, “Words”, da obra *Constructing language* (2003: 43), ao tratar do aprendizado das palavras pelas crianças, ele acusa que o jogo de denominar como modelo infalível para a aquisição de vocabulário nos primeiros anos de vida não é representativo da grande maioria de situações de aprendizado de palavras pelas crianças. Tomasello em seus estudos verificou que os adultos, em muitas culturas diferentes da nossa, não interrompem o que estão fazendo para apontar e nomear objetos para suas crianças. Além disso, mesmo em nossa cultura, jamais observamos os pais jogando o jogo de apontar e nomear palavras que não sejam *etiquetáveis*. Os pais não dizem a seus filhos “olhe! *De!*”, ou, “Olhe! *Dando!* o que significa que as crianças experimentam as palavras no fluxo interativo, e devem aprendê-las, majoritariamente, quando envolvidas em situações interativas muitas vezes complexas, nas quais precisam compreender a intenção do adulto no jogo interativo

A despeito dessas e de outras potenciais objeções, a visão agostiniana é hegemônica na história das ideias linguísticas no ocidente, convertendo-se também, como já se disse, numa espécie de senso comum “pré-teórico” em relação à linguagem. Seguindo as palavras de Wittgenstein nos termos mais ou menos incontroversos da exegese de Baker e Hacker (1984b: 22), para a seção 1 das *Investigações* poderíamos resumir da seguinte forma a perspectiva reducionista embutida da imagem agostiniana da linguagem:

- (i) palavras denominam objetos;

- (ii) as frases são ligações de tais denominações;
- (iii) cada palavra tem um significado;
- (iv) uma palavra é correlacionada a seu significado de alguma forma, e
- (v) o significado da palavra é o objeto que ela substitui.

Difícilmente, é claro, encontraremos na história das ideias linguísticas a defesa explícita da visão representacionista nos termos acima indicados: trata-se antes aí da caracterização de uma *proto-imagem* da linguagem cujo compromisso de fundo subjaz a teorias em geral bem mais sofisticadas, em diferentes versões. (cf. Baker e Hacker 1984a, Glock 1988, Martins 1999, 2000). Em todos os casos, no entanto, a linguagem é afinal vista como um *instrumento* primeiramente vocacionado a representar um *fora* – o mundo, o pensamento.

O próprio Wittgenstein teria, como se sabe, incorrido no representacionismo em seu *Tractatus*. Conforme esclarece Luis Henrique Lopes dos Santos (1996: 35) a esse respeito, o filósofo, buscando desde sempre fugir ao dogmatismo da metafísica, eventualmente se deu conta de que ele mesmo “lançara mão do procedimento dogmático mais típico”, pois, considerando-se que

a metafísica dogmática postula a acessibilidade dos fundamentos últimos do mundo e do pensamento; [e] não os encontrando imediatamente acessíveis na superfície do mundo, localiza-os num fundo oculto, duplica a realidade, postulando dois planos, o plano profundo das essências e o plano superficial das aparências,

a teoria tractariana da linguagem reproduziria o gesto dogmático, na medida em que, igualmente,

postula a acessibilidade dos fundamentos últimos do mundo e do pensamento, e, não os encontrando imediatamente acessíveis na superfície da linguagem, localiza-os num fundo oculto da linguagem, duplicando a linguagem, pela postulação de duas camadas: uma camada aparente, inessencial, e uma camada profunda, a ser desvelada.

Se, recusando esse gesto duplicador, deixamos de crer que a estabilidade dos significados linguísticos é, em última instância, tributária de essências fixas e imutáveis que habitam alguma espécie de domínio extralinguístico, estando imanentemente ligadas às palavras, o que então garante a estabilidade do significado linguístico? Que grau de estabilidade tem ele?

Como pensar enfim a unidade palavra se, recusando-nos a reduzir essa unidade ao paradigma objeto-designação (Glock, 1998: 34), aceitamos que ela “não é contígua ao que quer que seja”, que “não se pode falar do uso da linguagem [e das palavras] em oposição a qualquer outra coisa” (*Wittgenstein's lectures*: Cambridge, 1930-32, p.112)?

O pragmatismo de inspiração wittgensteiniana sugere que tomemos um ângulo no qual deixemos vir à tona uma outra experiência com a linguagem, aquela que toma radicalmente por base a práxis, o uso, a indissociabilidade entre linguagem e *forma de vida*.

## 2.2. A linguagem como forma de vida

Embora a enigmática expressão *forma de vida* apareça apenas uma *meia dúzia de vezes* na obra publicada de Wittgenstein (cf. Glock 1998: 174), é absolutamente relevante em sua filosofia da linguagem e compõe com a proposição wittgensteiniana dos *jogos de linguagem*, aquilo que acreditamos ser, no lugar das essências metafísicas, o lastro móvel da linguagem, aquilo que responde por sua estabilidade relativa, para o seu “fundo” (cf. Garver, 1994: 237 – 268). A reflexão contida na seção 7 das *Investigações Filosóficas* inclui um dos conceitos mais célebres e importantes da obra de Wittgenstein, **o conceito de jogos de linguagem**, com o qual a visão de linguagem como forma de vida guarda estreita cumplicidade. A noção de jogos de linguagem foi anunciada por Wittgenstein nos seguintes termos:

§7 Podemos também imaginar que todo o processo de uso das palavras em (2) é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de “jogos de linguagem”, e falarei muitas vezes de uma linguagem primitiva como de um jogo de linguagem.  
E poder-se-iam chamar também de jogos de linguagem os processos de denominação das pedras e da repetição da palavra pronunciada. Pense nos vários usos das palavras ao se brincar de roda.  
Chamarei também de jogos de linguagem o conjunto de linguagem e das atividades com as quais está interligada.

O imbricamento e cumplicidade com a imagem da linguagem como forma de vida se dá especialmente nas consequências de sua caracterização como o *conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada*. Tais *atividades* podem de fato ser compreendidas no contexto do termo *forma de vida* de que Wittgenstein falará mais à frente nas *IF*. Ambas as noções têm em comum, sobretudo, a qualidade de promover a desestabilização e de diluir a busca e a *ânsia pela generalidade* (BB: p.47), a aspiração a um conceito geral da linguagem e da significação. Especialmente a partir dessa visão associada (jogos de linguagem e linguagem como forma de vida), Wittgenstein intensifica seu questionamento ao reducionismo semântico que parece sugerir que a linguagem ostensiva, descritiva, seja a base semântica da linguagem (IF § 6, 1953; cf. Harris, 1988: 13).

Adotar a visão da linguagem como forma de vida significa renunciar a apostas altas que vimos, milenarmente, depositando na organização e no funcionamento da linguagem. Wittgenstein, ao trazer à tona essas apostas, ao liberar o fundamento da linguagem sobre o qual nossas considerações tradicionais sobre a linguagem *repousavam* (IF §118) e apontá-lo como ilusório, fonte de equívocos e mal-entendidos, não nos deixa órfãos de um solo para recomeçar. Oferece-nos, em vários pontos de seu texto, uma alternativa “às contusões que o entendimento recebeu ao ir de encontro às fronteiras da linguagem” (IF §119).

Tais fronteiras podem ser compreendidas como aquelas com as quais nos defrontamos quando tomamos como verdades incontestáveis os seguintes entendimentos da linguagem: (i) ela funciona sempre de um mesmo modo, serve sempre a um mesmo propósito, o de representar a realidade ou o pensamento (§304); (ii) é possível criar uma representação para a linguagem com elementos externos à sua gramática (*colocá-la de férias*, §38); (iii) a linguagem é, em uma certa instância, apoiada por um processo oculto, espiritual, fenômeno mental ao qual só temos acesso superficialmente (§§ 20, 305, 306, e outras); (iv) o sentido de uma expressão linguística deriva em grande parte do elevado teor de composicionalidade e determinabilidade de suas unidades. (§§ 60, 61, 99 e outras).

Para melhor compreender a proposta da linguagem como forma de vida, formulada especialmente nas passagens “imaginar uma linguagem é imaginar uma forma de vida” (IF §19) e “falar uma língua é parte de uma atividade de uma

forma de vida” (IF § 23), será importante reexaminar o jogo de linguagem descrito na seção 2 das *Investigações*.

Wittgenstein após apresentar a “visão agostiniana da linguagem” logo começa a chamar nossa atenção para o fato de que esse tipo de “sistema de comunicação” não pode ser tudo aquilo a que chamamos de linguagem. Tal sistema é apenas uma de suas possibilidades, que, nos termos do filósofo, pode ser compreendida como uma representação primitiva sobre como a linguagem funciona. Para ilustrar como seria uma linguagem na qual a descrição dada por Santo Agostinho pudesse ser correta, o autor imagina a famosa (e monótona?) cena comunicativa do construtor e seu assistente:

§2 (...) a linguagem deve servir para o entendimento de um construtor A com um ajudante B. A executa a construção de um edifício com pedras apropriadas; estão à mão cubos, colunas, lajotas e vigas. B passa-lhes as pedras, e na sequência em que A precisa delas. Para esta finalidade, servem-se de uma linguagem constituída das palavras “cubos”, “colunas”, “lajotas”, “vigas”. A grita essas palavras; -B traz as pedras que aprendeu a trazer ao ouvir esse chamado. – Conceba isso como linguagem primitiva completa.

Wittgenstein afirma que nesse tipo de linguagem, assim como naquela retratada por Santo Agostinho, encontramos o paradigma para um “conceito geral da significação” das palavras, que envolve a linguagem em “uma bruma” que, segundo ele, “torna impossível a visão clara” (cf. IF §5). Tal bruma impede que identifiquemos os contornos e as características que diferenciam os elementos e usos da linguagem, e conduz a um reducionismo semântico decorrente da apreensão deste sistema como sendo *toda* a linguagem, sendo esse um dos embaraços representacionistas que o autor quer nos ajudar a reconhecer e desfazer.

Embora essa situação comunicativa envolva também objetos e os nomes que os designam, envolva de algum modo o modelo agostiniano da linguagem (objeto-designação), é importante observar que na forma de vida narrada ali há muito mais do que um simples jogo de denominar, muito mais coisas são feitas ao se gritar “lajota!”. Refletindo sobre essa seção e sobre as palavras nela utilizadas, Baker e Hacker (2005: 15) acrescentam: “podemos pensar nas palavras não como nomes de entidades de vários tipos, mas como ferramentas com uma variedade de usos diferentes”. Os autores afirmam que a linguagem da seção 2 especifica vários

elementos que extrapolam a simples conexão entre objetos e designações, dentre eles

um contexto (atividades de construção), uma comunidade de fala (construtor e assistente), (...) critérios para definir a compreensão (trazer a pedra pedida quando ela é solicitada), e um uso do vocabulário (as palavras são gritadas quando se necessita da pedra correspondente). (p 26)

Observam, ainda, que, embora essa linguagem (i) não tenha sintaxe; (ii) não contenha regras de formação de frases, muito menos para a formação de frases complexas (não há, portanto, conectivos lógicos); (iii) seja incapaz de generalização; (iv) tenha apenas um modo (o imperativo), Wittgenstein afirma provocativamente ser esse um tipo de linguagem completa. O filósofo ao retomar essa seção nas seções 18 e 19, parece definir como critério para a completude da linguagem o propósito de seu uso, a sua aplicação em uma determinada **forma de vida**. Para Glock (1998: 174) este termo, tão controverso e vago para muitos, pode ser interpretado, dentre outras possibilidades por ele aventadas, como “a totalidade das atividades comunitárias em que estão imersos nossos jogos de linguagem” e também como “padrões específicos de comportamento que juntos constituem *uma* forma de vida”. Nesse espírito, Wittgenstein afirma que:

§18 O fato da linguagem (2) e (8) consistirem apenas de comandos não deve perturbá-lo. Se você quer dizer que elas por isso não são completas, então pergunte-se se nossa linguagem é completa; (...) (E com quantas casas ou ruas uma cidade começa a ser cidade?) Nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com casas uniformes.

§19 Pode-se representar facilmente uma linguagem que consiste apenas de comandos e informações durante uma batalha. – ou uma linguagem que consiste apenas de perguntas e de uma expressão de afirmação e de negação. E muitas outras. – **E imaginar uma linguagem significa imaginar uma forma de vida.** (grifo nosso)

Um importante ângulo sobre a *completude da linguagem* se oferece, especialmente, na seção 18, quando, comparando uma linguagem *mais simples* (dos construtores) com uma linguagem *mais complicada* (nossa linguagem costumeira), o filósofo anuncia que ambas são, no entanto completas: uma *linguagem mais simples* não é uma versão incompleta de uma *linguagem mais complicada*. Para Wittgenstein, não reconhecer isso pode levar a todo tipo de

preconceito linguístico, pois tenderemos a observar toda língua contra o pano de fundo de uma outra, que julgamos mais completa, e a partir dela escalonar as demais, como fez, de certa forma Humboldt em sua célebre tipologia das línguas. A completude da linguagem se dá no propósito de seu uso e na sua gênese com a forma de vida, e com os jogos de linguagem na qual está imersa e da qual não se abstrai. Se ao imaginar uma linguagem imaginamos ao mesmo tempo uma forma de vida, é certo que estaremos diante de uma variedade de linguagens, usos e significações assumidas pelas palavras no entrelaçamento das diferentes formas de vida que habitam a existência humana.

Nas seções 19 e 20, Wittgenstein desenvolve várias reflexões sobre essa propensão reducionista, ao comparar o uso da palavra *lajota* na linguagem da §2 e o uso dessa mesma palavra em nossa linguagem.

Inicia na §19 uma discussão importante para se pensar, dentro do paradigma representacionista da linguagem, e também fora dele, algumas questões que envolvem a **identidade da palavra**. Pergunta se o grito “lajota!” da §2 é uma *proposição* ou uma *palavra*, e explora as consequências de uma resposta afirmativa às duas alternativas. Pondera:

§19 E agora: o grito “lajota!” no exemplo (2) é uma proposição ou uma palavra?  
– Se for uma palavra, então não tem a mesma significação da palavra de mesmo som da nossa linguagem costumeira, pois na §2 é na verdade uma ordem. Mas se for uma proposição, então não é a frase elíptica “lajota!” de nossa linguagem.

Assim, Wittgenstein introduz o contraste entre palavra e frase e investiga se esse contraste no jogo de linguagem §2 dos construtores, em comparação com o uso da mesma palavra em situação semelhante em *nossa linguagem costumeira*, estaria embasado na suposição de que ao gritar “lajota!”, de fato o que se produz é uma *frase elíptica*, pois, na verdade o que se teria *em mente* (IF § 20) seria a sentença “Traga-me uma lajota!”, que, por essa razão, equivaleria à ordem “Lajota!” de nossa linguagem, e, em certa medida da linguagem dos construtores da seção 2 também.

Enfocando o debate na possibilidade de que quando se quer dizer algo com uma frase sempre haverá um “pronunciar espiritual”, uma articulação interna, de algum tipo, daquilo que se quer dizer, Wittgenstein provoca: “– Mas como você faz isso, querer dizer isso, enquanto diz “lajota!”? Você pronuncia interiormente a

frase inteira?” (IF §19). O filósofo introduz, assim, a discussão e a desestabilização do modelo do *cálculo mental* por trás da produção da linguagem, e da possibilidade da identificação do significado de uma sentença com um processo mental que acompanha seu pronunciamento. Essa hipótese não é endossada por Wittgenstein. De fato, Wittgenstein alerta-nos para a possibilidade de que esse seja um falso caminho:

Mas, se alguém diz “traga-me uma lajota!”, parece, agora como se esse alguém pudesse ter em mente (*meinen*) esta expressão como *uma* longa palavra: correspondente, a saber à palavra “lajota!” – Pode-se ter em mente essa expressão, pois, ora como *uma* palavra, ora como quatro? E como a temos em mente costumeiramente? – Creio que seremos inclinados a dizer; temos em mente a frase como composta de quatro palavras, quando a usamos em oposição a outras frases, como “passe-me uma lajota”, “traga-me uma lajota”, “traga duas lajotas”, etc.; portanto em oposição a frases que contêm as palavras do nosso comando em outras combinações. – Mas no que consiste usar uma frase em oposição a outras? Essas frases pairam no espírito de alguém? E todas? E enquanto se diz uma frase, ou antes, ou depois? – Não! Mesmo que tal elucidação exerça sobre nós alguma tentação, precisamos apenas de um instante para refletir; o que talvez aconteça, para ver que estamos aqui num falso caminho. Dizemos e usamos o comando em oposição a outras frases, porque nossa *linguagem* contém a possibilidade de outras frases. (IF § 20)

Em seguida, ainda na seção 20, Wittgenstein aborda a possibilidade de um estrangeiro que ouvindo frequentemente como alguém dá o comando “traga-me uma lajota”, supusesse que “essa série de sons fosse **uma palavra** e que correspondesse, por exemplo, à palavra para ‘pedra de construção’ em sua língua”.

Quem não compreende nossa língua, um estrangeiro que tivesse ouvido frequentemente como alguém dá o comando “traga-me uma lajota!”, poderia ser de opinião de que essa série inteira de sons fosse uma palavra e que correspondesse, por exemplo, à palavra para “pedra de construção” em sua língua. Se ele próprio desse esse comando, pronunciá-lo-ia talvez de modo diferente e diríamos: ele o pronuncia de modo tão peculiar porque o toma por *uma palavra*. (grifo nosso)

Tal possibilidade destaca para nós várias questões fonológicas, morfológicas e semânticas importantes, que refletem, comumente, um problema para a delimitação da unidade palavra. A possibilidade de equacionar uma frase de 4 palavras com uma frase de uma única palavra coloca em xeque a relação direta, isomórfica e ostensiva que o ato de nomear, nos termos apresentados pela

visão agostiniana da linguagem, pressupõe existir entre a palavra e o objeto que ela designa no mundo, e também a falta de universalidade do reconhecimento do que seja uma palavra<sup>3</sup>.

Wittgenstein interroga-nos, novamente, sobre a plausibilidade de uma realidade psicológica à qual teríamos acesso ao pronunciar uma série de sons, sabendo que é uma palavra, ou conscientes de que pronunciamos uma frase. Suas interrogações procedem da seguinte forma:

§20 Mas o que ocorre em você, quando dá um tal comando? É consciente de que consiste de quatro palavras, enquanto o pronuncia? Com efeito, você domina essa língua – na qual estão outras frases – mas este dominar é algo que ‘acontece’ enquanto você pronuncia a frase? – E concedo mesmo: o estrangeiro pronunciará a frase de modo diferente, provavelmente de modo diferente; mas aquilo que chamamos falsa concepção não se *deve* a algo que acompanhe o pronunciar do comando.

A frase não é elíptica por deixar de fora algo que queremos dizer (*meinen*) quando a pronunciamos, mas porque é abreviada – em comparação com um determinado paradigma de nossa gramática.

No paradigma *objeto-designação*, o que se propõe é que a cada objeto no mundo, ou na mente, corresponde **uma palavra** na linguagem. Esta é uma fonte de problemas, por exemplo, para análises e diagramas que, ao final de um cálculo, quando finalmente as palavras entram em cena, terão seus nódulos terminais preenchidos por uma e apenas uma palavra (cf. por exemplo, Teoria X- Barra da vertente Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa, Chomsky, 1981, 1986 a e b, 1989).

Além disso, o que algumas análises linguísticas mostram, entre outras coisas, é que nem sempre esse modelo acomoda todos os tipos de sentenças das diversas línguas. Creio que esse seja também parte do problema que os estudiosos de línguas ágrafas enfrentam para delimitar a unidade palavra, acostumados que estão com a *relativa* estabilidade que o critério ortográfico oferece. No caso mencionado aqui, considerando-se a relação da sentença com a resposta dada a

---

<sup>3</sup> O exemplo da língua indígena norte-americana Nootka, relatado por Sapir (Sapir 1949a: 32), retrata bem essa ausência de coincidência em nossos conceitos sobre o que seja uma palavra. Em minha dissertação de mestrado (Ferreira, 2005), sobre a questão de orações do Português do Brasil em que supostamente haveria um processo de Incorporação Nominal ao Verbo, há também exemplos de línguas indígenas norte-americanas, como as línguas Mohawk, Nahuatl e Onodanga, estudadas por Baker (1988), em que o que normalmente reconhecemos como *palavra* sofre significativa desestabilização.

ela, o modelo *objeto-designação* favorece, de imediato, que interpretemos toda aquela cadeia sonora como uma etiqueta, uma única unidade fonológica, uma denominação para o objeto do mundo “pedra de construção”; assim agiria possivelmente o estrangeiro ao observar os construtores gritando “traga-me uma lajota!”, ou o linguista de campo da narrativa de Quine, que veremos ao final do próximo capítulo, ao ouvir o nativo pronunciar *gavagai* enquanto passa um coelho.

A seção 23 introduz para nós importante formulação sobre o que hoje linguistas como Croft (1999, 2001) sustentam sobre a diversidade das línguas do mundo, das unidades linguísticas e a parcimônia com a qual a noção de universais linguísticos deve ser aí utilizada. A seção levanta as seguintes questões e noções fundamentais para se pensar as gramáticas das línguas e o fenômeno da linguagem como um todo:

Quantas espécies de frases existem? Afirmação, pergunta e comando talvez? – Há inúmeras de tais espécies: inúmeras espécies diferentes de emprego daquilo que chamamos “signo”, “palavras”, “frases”. E essa pluralidade não é nada fixo, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos.

A exegese de Baker e Hacker (1984b) sobre a elucidação proposta na seção 23 confirma nossa visão sobre a relação da diversidade das línguas do mundo e a abertura que se deve ter em relação às categorias e unidades das línguas, sempre que se coloca a tarefa de descrevê-las, classificá-las e categorizá-las:

A classificação de frases será um universo aberto no que diz respeito a: (i) a distinção das palavras em tipos de palavras, e aos nossos propósitos em realizar tal classificação; podemos classificá-las de acordo com os diversos tipos de similaridades e diferenças. (ii) a forma como a fala se conecta com outras atividades dos falantes de uma língua, fato que sempre se modifica com o tempo. Consequentemente, não se deve esperar construir um catálogo completo dos usos de frases aplicáveis a todas as línguas. Há, literalmente, “um sem-número de tipos de frases” (...). (p. 68)

E complementando, diríamos, há também inúmeros tipos daquilo que chamamos de palavras...

O que convém ressaltar é o fato de que, de um ponto de vista wittgensteiniano, não podemos usar um único critério para discernir, por exemplo,

*palavra* de *frase*, independentemente das formas de vida que esses conceitos frequentam. É prudente considerar que no contexto das ações humanas praticadas pelos construtores, pelos participantes daquela forma de vida, o contraste *lajota* x *traga-me uma lajota*, ou, *palavra* x *frase* não tenha a relevância que tradicionalmente conferimos a ele.

O que nos leva a ponderar, ponto relevante para este estudo, que muitas vezes ocorre que examinamos uma língua buscando encontrar nela elementos presentes na nossa língua ou na cultura ocidental tradicionalmente hegemônica; aquilo que tradicionalmente chamamos de *palavra*, pode ser inteiramente inadequado para a descrição de, por exemplo, línguas ameríndias incorporantes, línguas aglutinantes (como o Turco) ou isolantes como o Chinês ou o Vietmanamita. Dixon (2002), em *Word: a crosslinguistics typology*, revisando sua própria obra (1977 a) afirma que estava errado ao declarar que “toda ou quase toda língua tem uma palavra para *palavra*”; *isso foi um erro*, reconsidera o linguista, e acrescenta que Wierzbicka considerou nas obras *Semantics: primes and universals*, (1996), e *Anchoring linguistics typology in universal primes* (1998), a ‘palavra’ como um universal primitivo, que deve ser realizar em toda língua, o que para Dixon (2005) está igualmente equivocado (p. 2).

Sobre a diversidade tipológica das línguas, Humboldt (1767– 835), já observara e registrara há mais de dois séculos atrás, nos artigos “Sobre a origem das formas gramaticais e sobre o desenvolvimento das ideias” e “Sobre a diversidade da estrutura da linguagem humana e sobre a influência sobre o desenvolvimento espiritual da humanidade”, a sua conhecida e influente tipologia para as línguas conhecidas: (i) isolante, (ii) aglutinante (iii), flexional, (iv) incorporante. Essa tipologia, que tem a palavra como unidade básica das línguas, faz as distinções a partir do modo como as palavras significam e se organizam nas frases. Humboldt, no entanto, acreditava em uma língua ideal, a partir da qual as diversas línguas seriam escalonadas segundo a sua maior ou menor proximidade com essa língua ideal. Para Humboldt a língua ideal é aquela em que a formação da palavra reflete a formação do conceito – em termos tipológicos, as línguas flexionais, como *a sua*. Não havia nessa época nenhuma ideia ainda de que poderíamos tratar essa diversidade em relação a um esquema de semelhanças e prototipia, ao invés de tratá-las numa relação de hierarquia ou superioridade cultural a partir de uma determinada língua. Contudo, fica aqui registrado nosso

reconhecimento de que, embora hoje possamos consensualmente considerar preconceituosa a hierarquização entre as línguas proposta por Humboldt, talvez estejamos nós também reproduzindo inadvertidamente uma atitude “imperialista” semelhante, ao apostarmos ainda na universalidade da *palavra* como unidade imanente a todas as línguas.

A obra de Auroux, *A revolução tecnológica da gramatização*, de 1992, nos esclarece sobre o nascimento dessas disputas e construções de saberes linguísticos que, a despeito da diversidade das línguas e da natureza variável e cambiante da linguagem humana, acaba-se, normalmente, por escalonar e construir teorias e padrões linguísticos que se alçam a posições de superioridade e a uma relação de colonização e hierarquização com os demais.

Auroux, no capítulo “O nascimento das metalinguagens”, apresenta e discute parte importante dessa história sobre a construção de um padrão (meta)linguístico hegemônico contra o qual as línguas tendem até hoje a ser percebidas e estudadas. O autor observa que as línguas do mundo sofreram após o aparecimento da escrita e a conseqüente confecção de dicionários e gramáticas, um verdadeiro processo tecnológico, ou tecno-linguístico, por ele denominado de *gramatização*, que é resultado do nascimento de reflexões metalinguísticas motivadas por duas grandes causas: a aprendizagem de uma língua estrangeira em um contexto onde já exista a tradição escrita e, interesses político-culturais, quais sejam, organizar e regular uma língua literária e, também, *desenvolver uma política de expansão linguística*. Acrescenta criticamente que, no afã de se querer fazer a história da linguística como ciência, historiadores adotaram um entendimento equivocado dessa *ciência*, o de que ela seria “uma forma de saber cuja organização e propriedades formais seriam estáveis” e para qual poder-se-iam, inclusive, aplicar raciocínio e terminologia pegados de empréstimo à teoria “da moda”, como por exemplo, da lógica para a linguagem. Auroux, a esse respeito, tece os seguintes comentários:

Durante esses últimos vinte anos, não apenas nossa informação histórica aumentou consideravelmente, como também, nosso ponto de vista sobre o que seja ou não uma ciência da linguagem evoluiu. É preciso, em particular se render à evidência: a *linguística*, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J. S. Vater em 1808 e adaptado para o Francês em 1812, é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado, que possui objetos determinados (o parentesco genético das línguas,

a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). Trata-se, pois, de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória, que está provavelmente em vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isso que recorreremos cada vez mais à expressão plural ciências da linguagem). (p. 12)

Auroux propõe, diante dessa questão, uma estruturação do saber sobre a linguagem que leve em conta três princípios: *o da definição puramente fenomenológica do objeto, o da neutralidade epistemológica e o do historicismo moderado*. E, definindo com precisão qual saber a história de uma ciência da linguagem deve tratar, reclama: “a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é nosso objeto” (p.13).

O estudo dos saberes constituídos a respeito da linguagem, ou seja, o estudo das metalinguagens instituídas, conduzidos especialmente pela postura de historicismo moderado e neutralidade epistemológica adotadas por Auroux, irá implicar em uma visão da linguagem que reconhece, de imediato que “línguas diferentes inseridas em práticas sociais diferentes, não são o mesmo fenômeno” (p. 14). Auroux exemplifica essa diversidade e essa constitutividade da linguagem com as práticas e a formas de vida na qual se insere, com a seguinte passagem:

Os maias tzeltal desenvolveram uma terminologia metalinguística que nunca chegou à constituição de regras de construção do enunciado. Se classificamos as palavras do discurso em palavras que são utilizadas à noite, palavras que foram pronunciadas o ano passado etc., classificação do tipo dos maias, poderemos dar prescrições de emprego pragmático, e não regras de correção morfológica. (p. 15)

O linguista esclarece, com exemplos e descrições, que o que ocorre com o saber linguístico é que ele é manipulado, construído como tal com a ajuda de uma metalinguagem, e que em condições naturais essa metalinguagem é uma continuação de um saber que principia num saber tácito do homem falante (saber *epilinguístico*), e que toma novas formas a partir da interação do falante com a sociedade em que vive. Entre o saber epilinguístico e o saber metalinguístico deveria haver uma relação de continuidade, uma vez que, segundo a difícil proposição de Auroux<sup>4</sup>: “a linguagem é um sistema regulado pela sua própria imagem”.

---

<sup>4</sup> Proposição tomada de Granger, *Langage et épistémologie*, 1987.

Interpretamos essa formulação como uma indicação e uma orientação para uma dimensão da linguagem que Wittgenstein já descortinara – o fato de que não se pode regulá-la de fora de seu jogo, de seu uso, das formas de vida em que se insere; da mesma forma que nós, falantes e usuários que vivemos imersos na linguagem, não podemos ambicionar ter dela uma visão de sobrevôo, uma visão panorâmica.

Os saberes metalinguísticos instituídos e disseminados hegemonicamente, em função de interesses de políticos e por meio dos processos tecnológicos de gramatização<sup>5</sup> de línguas como o grego e o latim na Idade Antiga, e como os vernáculos europeus (por ocasião do desenvolvimento do capitalismo mercantil), produzem inevitavelmente um tipo de standardização cultural que irá afetar naturalmente as diferentes línguas a ela submetidas. Nas palavras de Aurox:

Enfim, a exploração do planeta, a colonização e a exploração de vários territórios encetam o longo processo de descrição, na base da tecnologia gramatical ocidental, da maior parte das línguas do mundo. (p. 29)

O fato é que a história da gramatização das línguas contada por Aurox aponta para a possibilidade de que, a longo prazo, as práticas ocidentais objetivas de se pensar, falar e analisar a linguagem colonizaram todas as outras, especialmente com a proposição das teses inatistas e universalistas da linguagem humana, adotadas pela teoria gerativa de Chomsky.

Sobre as unidades linguísticas, a tendência tem sido examinar as demais línguas buscando encontrar em cada uma delas aquilo que as metalinguagens hegemônicas definiram como os átomos da composição linguística.

O que, em todo caso, a imagem da linguagem como forma de vida e não como sistema de representação exclui, é a ideia reducionista da linguagem como *repertório de unidades recombinaíveis* vocacionadas essencialmente à representação, como *sistema subjacente* às práticas, fundo oculto sobre uma superfície.

A subseção seguinte reflete sobre o impacto desse enquadramento da linguagem como forma de vida sobre a questão das unidades linguísticas.

---

<sup>5</sup> Segundo Aurox, deve-se entender gramatização como o processo de descrever e instrumentar uma língua, na base de duas tecnologias que são, ainda hoje, os pilares de nosso saber metalinguístico: a Gramática e o dicionário(1992: 65).

### 2.2.1.

#### **Sobre as unidades linguísticas no enquadre da linguagem como forma de vida**

Linguistas de inspiração wittgensteiniana como Roy Harris, Nigel Love, Talbot Taylor e Sylvain Arroux, ocupam posição de destaque na crítica à visão reducionista da linguagem, que é também referida pelo título a ela conferido por Harris (1981), em obra homônima, como o *Mito da linguagem*. Um grupo de linguistas liderado por Roy Harris, que reúne, dentre eles, Nigel Love e Talbot Taylor acima citados, vêm buscando construir uma solução alternativa a esse *mito*, chamada *visão integracionista da linguagem*. As “formas de ver” a linguagem, suas possibilidades e fronteiras, que traço neste capítulo para explorar as consequências da adesão à ideia da linguagem como forma de vida, aquilo que ela promete e aquilo que ela rejeita, são em grande parte reflexos das leituras de textos desses autores, que informam tal visão alternativa.

É importante reforçar que a crítica de Wittgenstein ao reducionismo linguístico e sua proposição radicalmente oposta da *linguagem como forma de vida* preconizam que as palavras, e por metonímia, a linguagem, são indissociáveis das comunidades de fala, das funções comunicativas e dos jogos de linguagem que elas frequentam, atendendo e adaptando-se às regras de cada jogo, à práxis, à história social e cultural daquela comunidade, e que a estabilidade das palavras e da linguagem é diretamente proporcional à estabilidade que as regras do jogo e a práxis podem oferecer.

O primeiro ponto importante para esta pesquisa sobre a questão da identidade da palavra como unidade e categoria de língua, que requer reexame quando adotamos o enquadre da linguagem como forma de vida, é a questão da imanência do significado *e da forma* linguística.

A perspectiva de linguagem que recusamos, a perspectiva representacionista, favorece o que os linguistas de inspiração wittgensteiniana citados no início desta seção caracterizaram como o *mito da linguagem*, cujas origens se deram há mais de dois mil anos, no Clássico período da Grécia Antiga. Segundo Harris, em *The language myth in the western culture* (2002: 1), somos todos vítimas e beneficiários de tal mito. Sua aparição mais combatida na linguagem é aquela que a caracteriza como um código, através do qual a

comunicação poderia funcionar como um sistema de codificação e decodificação de ideias e pensamentos, um sistema *telementacional*. Para Harris esse mito se funda, pois, sobre dois componentes essenciais (i) a doutrina *telementacional*, (ii) a doutrina do código fixo.

O mito da linguagem, como descrito por Harris (1981, 1986, 2002) pode ser visto como uma versão de um mito mais geral que diz respeito à comunicação. De um modo geral, ele funciona da seguinte maneira: algumas formas de comunicação envolvem um processo de transferência de mensagem. Os indivíduos são capazes de enviar e interpretar mensagens uma vez que tenham compreendido e adquirido os procedimentos de transmissão (pública ou privada, voluntária ou involuntária, natural ou artificial). Esse procedimento se baseia no uso recorrente de certos itens que são invariáveis. Esses itens são ‘signos’. São (essencialmente) invariáveis no que diz respeito à forma e ao significado. Nesses termos, saber a forma e o significado de um signo habilita o usuário a identificar e interpretar a mensagem que ele conduz (Harris 2002: 6-7).

Nigel Love, em “Are language digital codes?” (2007), vai direto ao ponto que desejamos explorar: a questão da identidade das unidades linguísticas. Ele ilustra, com exemplos, o funcionamento das unidades de sistemas de codificação que são, inquestionavelmente, códigos (o código Morse, os sinais de trânsito etc). A ideia essencial de um código, sublinha Love, é que ele é constituído por grupo de fenômenos físicos, semioticamente vazios em si mesmos, que codificam informação, significados, conceitos etc. O código *Morse*, reflete o linguista, *é um código*, e prossegue, “sistemas familiares de sinalização de rodovias, ou ferrovias, são códigos, eles são, de fato, códigos digitais”. A digitalidade em destaque destaca a existência de um sistema binário em que (a) unidades determinadas e identificáveis, vazias semioticamente, conectam-se a (b) entidades que elas representam adquirindo um significado fixo, imanente, que paira sobre elas, determinando seu sentido e garantindo a comunicação; a associação desses elementos físicos semioticamente vazios a entidades que eles representam e sua conversão em significado linguístico seria parte de um processo, de um cálculo mental.

A questão fundamental salientada por Love ao longo do texto é que a linguagem verbal, se tomada nessa visão, coloca-se como um inventário de unidades linguísticas determinadas e identificáveis, que correlacionam uma forma

com um significado ou com significados determinados. Em suma, algo muito similar a um código fixo. Tal ideia parece levar a linguística a uma abstração em relação ao ‘comportamento’ natural das línguas, ignorando a indissociabilidade entre a linguagem e as *formas de vida* de que participa.

O que parece estar na raiz dessa noção de linguagem como código é a ideia de que quando eu produzo um enunciado há algum tipo de entidade linguística definida pairando sobre o enunciado, e do qual ele é uma instância, uma representação, uma reificação. Nesses termos, um enunciado acaba sendo algum tipo de expressão desta unidade linguística abstrata, que é, no lugar do próprio enunciado, o item relevante do código. O que podemos afirmar nesse contexto é que a noção de um código linguístico apela para a ideia de itens que permanecem os mesmos apesar das diferenças em sua instanciação, por diferentes pessoas, em diferentes lugares e situações; apela, em suma, para a visão imanentista do significado linguístico.

Alinhando-nos com Harris e Love à posição wittgensteiniana, acreditamos, no entanto, que as unidades linguísticas não refletem essa relação de imanência com um objeto físico, ou com uma entidade abstrata qualquer da qual elas herdaram supostamente o significado que as governam. Sua existência e significado não são construídos dentro dessa relação de conexão mental, via treinamento, entre palavras e objetos do mundo físico ou entidades, essências de um domínio interior inacessível à introspecção.

Acreditamos que a própria forma gramatical, é, em vez disso, construída socialmente, o que equivale a dizer que a intrincada rede da realidade social, dos elementos da práxis, e dos jogos de linguagem, as forjam, renovam e recriam continuamente. As forças que agem sobre a forma gramatical, sobre as unidades da linguagem, são extremamente complexas e absolutamente vinculadas a essa conjunção de fatores nos quais o saber *epilinguístico*<sup>6</sup> e o saber *metalinguístico* não param de interagir e de produzir novos saberes linguísticos.

Auroux (1992: 22) relaciona ao nascimento da escrita o nascimento espontâneo de um saber linguístico que, embora não produzisse espontaneamente

---

<sup>6</sup> O termo, já citado acima, é tomado por Auroux (1992) de A. Culioli (1968: 40). Culioli utiliza o termo para designar o saber inconsciente que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem (“a linguagem é uma atividade que supõe ela própria uma perpétua atividade epilinguística (definida como atividade metalinguística não consciente – entenda-se inconsciente aqui, como não representado).

uma reflexão sobre a natureza da linguagem, começa pela discriminação de unidades nas línguas, começa, com efeito, pelas listas de palavras (ou de caracteres para os chineses).

Sobre a necessidade de reconhecimento das unidades linguísticas, Harris (1988: 18), em obra revisional do pensamento de Saussure e Wittgenstein, reconhece o enfrentamento e a dificuldade imediata a que será exposto o teórico da linguagem que rejeite a visão nomenclaturista da linguagem: ele terá que enfrentar a necessidade de preencher as lacunas teóricas que surgirão diante de duas perguntas (i) se uma palavra não é um som que representa um objeto, o que ela é? (ii) se o significado de uma palavra não é para ser construído dentro do modelo da nomeação, como ele deve ser construído?

Harris prossegue lembrando que tanto Saussure como Wittgenstein concordam com o fato de que, se queremos entender o funcionamento da linguagem, temos que garantir a validade de pelo menos um ponto de vista a partir do qual faz sentido considerar uma determinada identificação dos itens da linguagem; é bem verdade que se o ponto de vista muda, destaca Harris, a resposta à pergunta “Isso é igual?”, ou à pergunta relativa ao que distingue ocorrências de um mesmo signo linguístico da ocorrência de signos linguísticos diferentes, também pode mudar. Argumenta Harris que a pergunta sobre se a promessa “amanhã eu irei te ver”, pronunciada sucessivamente de um dia para o outro, é a mesma ou não, parte do princípio de que pelo menos concordamos que elas têm a mesma *combinação de palavras*, caso contrário a pergunta pela identidade da frase não teria razão de ser. Conclui o linguista: “se o nosso conhecimento não pode caracterizar nem mesmo uma igualdade desse nível, ele jamais habilitaria qualquer tipo de análise linguística” (cf. pp. 18 – 22).

É nesse espírito que Harris nos alerta para o fato de que não devemos nos deixar sequer distrair pela possibilidade de *ilusão da palavra* como unidade discernível (em nossa cultura). Resenhando as semelhanças e divergências no pensamento de Saussure e Wittgenstein, afirma:

é digno de nota o fato de que nem Saussure nem Wittgenstein se deixaram distrair pela possibilidade de que a identidade da unidade linguística seja ilusória, ou que ela configure um caso especial, uma raridade; ao contrário, para Wittgenstein ‘dizer a mesma coisa’ é apenas um exemplo de ‘fazer a mesma coisa’ um critério análogo se aplica nessas situações. (p. 21)

Uma vez retirado o lastro representacionista da linguagem, o problema da identidade da unidade linguística, indagações sobre como ela é construída, o que dá a ela sustentação e estabilidade, logo surgem como perguntas de difícil resposta. Poderíamos, nesse contexto, ser tentados a cogitar a possibilidade de que sua identidade é ilusória, ficcional. Atento a esse risco, Harris lembra-nos que, nos pontos de contato entre o pensamento sobre a linguagem de Saussure e Wittgenstein, há o reexame que fazem sobre o papel que a linguagem tem nos assuntos e práticas humanas, e a crítica que desenvolvem sobre os equívocos filosóficos nos quais tradicionalmente o entendimento da linguagem está engendrado.

O alvo mais importante de suas críticas, especialmente relevante para este estudo, é a visão de que as palavras funcionam essencialmente como nomes de objetos ou de propriedades estabelecidas a priori. Harris destaca que embora Wittgenstein e Saussure rejeitem veementemente a visão nomenclaturista da linguagem, reconhecem que a linguagem, uma vez descartadas, grosso modo, (i) a crença de que uma palavra é um som que representa um objeto, (ii) e de que o significado da palavra pode ser construído dentro do modelo da nomeação, parece depender do reconhecimento de suas unidades.

Harris (ainda 1988) afirma ser, de fato, “uma questão de senso comum que unidades linguísticas, especialmente aquelas incluídas nas categorias que na nossa tradição denominamos *palavras, expressões e frases*, reclamem a necessidade de sua identificação”, (p. 19). Afinal, prosseguiu Harris,

se não pudéssemos reconhecer as unidades linguísticas, nomeá-las, organizá-las, questioná-las, se não tivéssemos essa possibilidade metalinguística, dificilmente poderíamos, por exemplo, aprender uma língua. (idem)

Temos que reconhecer que a linguagem parece depender dessa possibilidade reflexiva, ou metalinguística. Taylor, em artigo denominado “Language constructing language: the implications of reflexivity for linguistic theory” (2000), questiona e desafia uma opinião que ele entende como generalizada nas teorias linguísticas: a de que a propriedade reflexiva da linguagem é *suplementar* ou *acessória* para seu funcionamento. A essa tese ele opõe argumentos em favor da centralidade do discurso reflexivo, argumentos que relacionam esse discurso à aprendizagem e ao desenvolvimento da linguagem. Por

meio de um discurso contrafactual – um experimento de pensamento no qual nos convida a imaginar uma língua destituída de recursos metarreflexivos – leva-nos a refletir sobre as consequências de não haver qualquer forma de expressão metadiscursiva, ou de fórmulas rotineiras para se falar sobre a linguagem e os usos que dela fazemos. Leva o leitor a imaginar como nossa experiência e uso da linguagem seriam afetados se, misteriosamente, palavras reflexivas como *pedir*, *querer dizer*, *compreender*, *palavra*, *referir*, *nomear*, *conversar*, *prometer*, *questionar*, desaparecessem, ou mesmo se nossa capacidade para inventá-las deixasse de existir.

Para maior percepção ainda da centralidade da ação reflexiva da linguagem, Taylor sugere que devemos perguntar quais seriam as consequências se nós, falantes e usuários da linguagem, não apenas estivéssemos privados de vocabulário e formas de expressão metalinguísticas, mas não tivéssemos meio algum de falar reflexivamente, ou seja, se não tivéssemos técnicas conversacionais ou jogos de linguagem de qualquer tipo para falar, fazer referência, comentar, opinar, criticar, propor uma interpretação, questionar, explicar, pedir esclarecimento, (etc) de algo que alguém falou, escreveu ou sinalizou. Taylor indaga, enfim: “e se nós não pudéssemos perguntar ‘Quem disse isso?’ ou ‘Por que você fala isso?’, ou mesmo, acrescentamos, “o que você quer dizer com essa palavra?”, “O que essa palavra significa?”, e perguntas semelhantes (p. 485).

Taylor (2000) salienta que esses assuntos e questões raramente são propostos por teóricos da linguagem. O que parece, segundo Taylor, é que creditam ao discurso reflexivo dessa natureza um caráter suplementar, algo que poderia ser suprimido sem grandes consequências para a linguagem. A razão para pensarem dessa forma, prossegue Taylor, é que tais teóricos acreditam que, ainda que deixássemos de ter a possibilidade reflexiva da linguagem, nós ainda teríamos os conceitos que ela expressa. Acreditam pois naquilo que o autor denominou de *tese da imanência* da forma gramatical.

As teorias linguísticas sob forte escrutínio e crítica no texto de Taylor são aquelas que aderem a duas versões da *Tese da Imanência* citadas pelo linguista, e que denominamos como a *Tese da Imanência de Fundo* e a *Tese da Imanência de Superfície*, respectivamente resumidas da seguinte forma:

- (i) Autores de orientação mentalista, como Chomsky e Pinker assumem que somos equipados com versões inatas dos conceitos metalinguísticos cuja expressão linguística devemos adquirir – o que explicaria o “misterioso” fato de que as crianças, em toda a parte do mundo, sem estar de posse de conceitos e recursos metalinguísticos, aprendem seus nomes e os nomes de outras pessoas, o significado de muitas palavras, como denominamos uma infinidade de coisas, que algumas frases são verdadeiras e outras falsas etc; e,
  
- (ii) autores de orientação pragmática, em especial Searle (1995), em *The construction of social reality*, propõem a tese da autoidentificabilidade da linguagem. Explicando a razão pela qual assume que a linguagem é *autoidentificável*, Searle pondera que fatos institucionais (dinheiro, propriedade, casamento) precisam da linguagem para a constituição de sua identidade, mas que a linguagem é *exceção* a essa necessidade: a linguagem se oferece como linguagem sem precisar de atos linguísticos que assim a batizem. Nos termos de Searle, a linguagem e seus **itens** são categorias talhadas para serem autoidentificáveis, se oferecem como linguagem de forma transparente.

Acreditamos, por outro lado, com Taylor (2000), que é da natureza da linguagem o caráter reflexivo, o interrogar e o refletir sobre si mesma. A linguagem, no viés anti-representacionista que endossamos, é o lugar privilegiado para a revisão, formação e construção de conceitos, de saberes acerca da própria linguagem, bem como de articulação da existência humana, e do conhecimento do mundo do qual ela é parte constitutiva. Wittgenstein, em *Da certeza*, nos mostrou como construímos nosso aprendizado do mundo e nossa crença no mundo a partir da confiança num “quadro de referência herdado”. Acreditamos que em alguma medida falava o filósofo do legado da linguagem, já que, como vimos, e como o próprio filósofo nos ensina, não temos como separá-la dos outros conhecimentos:

Mas eu não obtive a minha imagem do mundo por me ter convencido da sua justeza, nem a mantenho porque me convenci da sua justeza. Não: ela é o território herdado no qual separo o verdadeiro do falso.” (*Sobre a certeza* § 94)

Sobre essa ideia da *herança* de uma imagem do mundo que uma língua nos *impõe*, cabe retomar a bela interpretação de Martins, (1999: 179, 180):

Uma língua é uma herança, antes de mais nada, no sentido – tão óbvio quanto frequentemente esquecido – de que antecede seus herdeiros, sendo por eles recebida. É, no entanto um tipo invulgar de herança: porque sua aceitação é compulsória, não nos sendo facultado, no caso, o direito de renunciar; porque aquilo que nos é legado jamais pode se converter em propriedade privada, de que possamos dispor à revelia dos demais herdeiros; porque recebê-la nunca é um evento, no qual o patrimônio previamente construído possa se “inventariado” antes de nos ser transmitido; porque esse particular patrimônio *em construção*, define-se apenas por nossas formas coletivas de reclamá-lo – formas que são históricas, culturais, contingentes. (grifo nosso)

É nesse espaço privilegiado da linguagem, nesse debruçar da linguagem sobre si mesma, que se identificam, se reconhecem, se articulam e se constroem as unidades linguísticas.

Não há, portanto, a *palavra* acima da explicação que temos e usualmente damos sobre o significado de diferentes palavras, sobre o número de palavras novas aprendidas em determinada lição, sobre as palavras apropriadas para determinadas circunstâncias etc. Não há a *palavra* acima daquilo que chamamos de “palavra”, e os agentes desse *chamar* estão tanto nos livros e teorias sobre a linguagem quanto nos usuários das expressões mais ou menos naturais da *linguística popular*, no falar cotidiano e leigo das comunidades linguísticas que, embora não reflitam de forma consciente um conhecimento científico acerca do funcionamento da linguagem, parecem, no caso das línguas ocidentais, registrar a noção mais disseminada, e a percepção relativamente vaga, da palavra sob o paradigma objeto-designação, que é, como vimos na crítica de Wittgenstein, aquele que informa boa parte dos tratamentos teóricos e descritivos que a unidade palavra tem recebido nos estudos hegemônicos sobre a linguagem.

Defendemos, por outro lado, a força do uso, da reflexão metalinguística na constante produção do saber linguístico; as palavras e a forma gramatical devem ser pensadas, antes de tudo, como “produtos coletivos da interação, instrumentos essenciais pelos quais os seres humanos articulam e constituem o mundo” (Harris, 1988: ix) e, ainda que, as descrições gerais das línguas, as metalinguagens

instituídas e institucionalizadas devem ter como foco a práxis, e não a captura, a revelação de uma suposta ordem logicamente anterior ao uso, de um fundo homogêneo sob uma superfície heterogênea.

Para resumir, e seguindo proposição de Aurox (1992: 14), acreditamos que a pesquisa linguística deve partir de alguns pressupostos fundamentais sobre a linguagem, como, por exemplo:

- (i) a forma gramatical, assim como conceitos como *palavra*, *frase*, não independem das práticas linguísticas cotidianas;
- (ii) não há nenhuma razão, por exemplo, para que saberes situados diferentemente no espaço-tempo, sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos; como, também,
- (iii) não há razão para se pensar que línguas diferentes, inseridas em práticas sociais diferentes, sejam os mesmos fenômenos.

### 2.3.

#### **A concepção da linguagem como *forma de vida* como critério para a seleção de uma teoria sobre a linguagem**

Todos os estudiosos e pensadores da linguagem ocupam-se de uma forma ou de outra do reconhecimento da unidade linguísticas, todos entretêm a ideia das unidades linguísticas.

Para falar de apenas alguns de seus grandes expoentes, poderíamos lembrar, por exemplo, que Jakobson em seu célebre “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia” buscou mostrar que enunciar implica a seleção de certas unidades linguísticas e sua combinação em unidades mais complexas; os modos de arranjo linguístico, por seleção ou por combinação, caracterizam, respectivamente, nos termos de Jakobson, dois pólos da linguagem, o pólo metafórico e o pólo metonímico, pólos que, segundo observação de Jakobson comparecem não apenas na linguagem, mas também nas manifestações artísticas,

sócio-políticas etc. Saussure já intuía, é claro, essas operações, ao explicar que as unidades linguísticas se relacionam *in absentia* (o eixo paradigmático) e *in praesentia* (o eixo sintagmático); Chomsky propôs, em seu gerativismo cartesiano, um estrito programa composicional em que as unidades combinatórias (itens lexicais, palavras) amalgamavam-se recursivamente, em estruturas binárias (obedecida a configuração inicial da árvore-mãe) e, reguladas por um conjunto de princípios sintáticos de projeção e seleção, terminavam por derivar sequências bem formadas e interpretáveis da linguagem. E os cognitivistas da II geração<sup>7</sup>, aqueles que arquitetaram, por exemplo, a Abordagem Construcionista da Gramática, conhecida como a Gramática das Construções, em especial, Goldberg (1995, 2006), e Croft, (1999 e 2001) e a Teoria da Mesclagem (Fauconnier e Turner 1996, 2002, Mandelblit 1997), articulam, dentro de uma concepção mais holística dos arranjos linguísticos, o reconhecimento da composicionalidade das unidades linguísticas a partir da noção de primitivos linguísticos, compreendidos, na maioria das vezes, através da noção gestáltica de *construção*, pareamentos de forma e sentido, sendo a *palavra* uma de suas manifestações.

Ocorre que toda vez que pensadores da linguagem se reúnem em torno de um programa de estudo, uma metalinguagem definida, eles estão ao mesmo tempo selecionando também uma perspectiva filosófica, uma rede de conceitos que definem a imagem da linguagem por eles endossada. Assim, pode-se afirmar que, na maioria das vezes, nos deparamos com metalinguagens que rivalizam, de início, acerca desse entendimento filosófico subjacente; rivalidade essa que irá repercutir em suas proposições teóricas, em sua forma de ver a linguagem e de conceber a pesquisa linguística, e que, como sabemos, muito cedo bifurcou-se entre as inspirações *socrática* e *sofista* (Martins, 2004), entre adeptos da visão da linguagem como sistema de representação ou como práxis, *forma de vida*.

A história da linguística como ciência tem privilegiado, em diferentes versões, a perspectiva representacionista: deixa-se atravessar central e recorrentemente por uma *concepção biplanar* (Harris, 1988, 2002) dos signos linguísticos – pela ideia de que pareamentos forma-sentido presentes de alguma forma nas mentes dos falantes de uma língua constituem um pré-requisito, uma

---

<sup>7</sup> Lakoff em *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western Thought*, 1999, no capítulo sobre a linguística cognitiva, marca a distinção entre os cognitivistas chomskianos e os cognitivistas da costa oeste e associados reunidos em torno da dissidência relativa ao programa gerativo de Chomsky, de linguistas da “Teoria cognitiva da II geração”.

condição lógica, para que estes possam utilizá-la em diferentes ocasiões. Sob o peso desse pressuposto, a tarefa de tais programas tem sido, entre outras coisas, a de estabelecer a natureza de tais pareamentos e divisar uma metalinguagem universal para capturá-los, explicá-los e descrevê-los.

Neste trabalho, partimos justamente de uma negação desse pressuposto. Assumimos aqui, como já se afirmou, o ponto de vista radicalmente pragmático segundo o qual a *própria forma gramatical é forjada na práxis*. Desse ponto de vista, não é, pois, visto como oportuno ou produtivo o projeto de uma metalinguagem universal que erga a pretensão de capturar a essência comum a todas as línguas, tomadas como abstrações fora do espaço e do tempo. Pois isso equivaleria ao projeto de *explicar* a essência da linguagem – o que entraria em conflito frontal com a perspectiva wittgensteiniana aqui assumida. Como práticas histórico-sociais descontínuas e voláteis, as línguas acomodam a *descrição*, mas não a *explicação*.

A preferência pela descrição em detrimento da explicação nos estudos das línguas significa um reconhecimento de que não podemos investir em uma explicação que dê conta do fenômeno da linguagem como um todo, pois esse é multifacetado, irreduzível a uma explicação geral ou causal, como é regularmente utilizada, e muitas vezes com sucesso, em outras áreas do conhecimento. Ao tomar o ângulo wittgensteiniano da linguagem somos levados a:

- (i) perceber a correlação imediata que Wittgenstein estabelece entre o ato de explicar e o de compreender, de saber o que é uma coisa, por meio de uma atitude descritiva (IF § 75),

O que significa saber o que é um jogo? O que significa saber e não poder dizer o que é? É este saber algum equivalente de uma definição não expressa? De tal modo que se eu a visse expressa poderia reconhecê-la como expressão desse saber? Não está expresso meu saber, meu conceito de jogo na explicação que eu pudesse dar? *Notadamente no fato de que eu descrevo diferentes tipos de jogos*, mostro como se pode construir, por analogia, todas as espécies possíveis de jogos; digo que quase não chamaria mais de jogo a isto ou àquilo; e assim por diante. (grifo nosso)

E ainda em *Sobre a certeza*, o filósofo concede, “Nalgum ponto temos que passar da explicação para a mera descrição.” (§ 189)

- (ii) reconhecer que devemos privilegiar a descrição em detrimento da explicação (IF § 109),

(...) E não devemos construir nenhuma espécie de teoria. (...) Toda explicação deve desaparecer e ser substituída por descrição.

- (iii) compreender que o que se pode fazer em estudos linguísticos é construir *objetos de comparação* (IF §130, §131),

Nossos claros e simples jogos de linguagem não são estudos preparatórios para uma futura regulamentação da linguagem, \_ como que primeiras aproximações, sem considerar o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem figuram muito mais como *objetos de comparação*, que através de semelhanças e dessemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem.

Só podemos evitar a injustiça ou o vazio de nossas afirmações, na medida em que apresentamos o modelo como aquilo que é, ou seja, como objeto de comparação – por assim dizer, como critério - ; e não como pré-juízo, ao qual a realidade deva corresponder.

Sobre essas propostas wittgensteinianas observemos também a contribuição de Martins (1999),

Um estudo linguístico assim compreendido [aquele que prioriza a descrição e que será capaz tão somente de construir objetos de comparação] é, pois, construído “de dentro” do jogo da linguagem e sem um horizonte totalizante do fenômeno. Supõe, portanto, a circunscrição ou *reificação* de algo eminentemente recalcitrante à circunscrição e à reificação. (Martins, 1999: 144)

Nesse sentido, pode-se dizer que nos afinamos mais com o projeto saussureano – que ambicionava tão somente a descrição de *estados de língua* – do que com o chomskiano – que ambicionava explicar, em um enquadre cartesiano, a capacidade mental humana de organizar, produzir e compreender a linguagem como um todo.

A questão que se impõe é: como descrever as línguas? Com que princípios? Com que equipamento descritivo? Reconhecemos que, tomando-se o ponto de vista radicalmente pragmático aqui assumido, alguém poderia investir na ideia de que, sendo a forma gramatical dependente da práxis, e sendo a práxis variável conforme as diferentes organizações culturais das comunidades de fala, e, ainda, sendo o fenômeno da linguagem irreduzível a um fundo único para o qual

podéssemos eleger conceitos universais e alguns parâmetros de variação, então teorias e metalinguagens deveriam, do mesmo modo, simplesmente, acompanhar essa variação. Não faria, portanto, sentido pensar em um critério de superioridade entre os modelos descritivos, já que esse critério estaria sujeito a um considerável relativismo, capaz de impedir a seleção daquela teoria que melhor nos equipa para descrever as línguas do mundo.

Sob o ângulo aqui assumido, recomenda-se, de fato, que as descrições linguísticas levem sempre em conta as práticas metarreflexivas particulares das comunidades de fala que tomam em exame. No entanto, não nos parece possível sair a campo para a descrição das línguas do mundo sem a suposição de *algum* ponto de partida descritivo-epistemológico, por mínimo que seja. Aspirar a esse tipo de neutralidade seria ou incorrer na ingenuidade positivista já hoje tão contundente e disseminadamente rechaçada no âmbito da filosofia da ciência, ou cair em contradição com o nosso próprio ponto de vista, segundo o qual se supõe que a própria identidade da linguagem e das línguas jamais pode se oferecer *por si*, em um vácuo histórico-cultural.

Ao estudarmos as línguas do mundo, estamos em outras palavras, sempre condenados a exercer algum nível de etnocentrismo. Mas isso não nos exime da responsabilidade de construir um equipamento descritivo de base que seja capaz de mitigar ao máximo esse fator, que para nós, não é eliminável.

Defendemos aqui, portanto, a tese de que o ponto de vista radicalmente pragmático por nós assumido *não* preclude o estabelecimento de critérios para a avaliação de modelos descritivos alternativos para o estudo das línguas do mundo.

Acreditamos, ao contrário, que a ameaça de um semelhante relativismo epistemológico não tenha tamanho alcance. Faz sentido pensar em uma metalinguagem, em uma teoria linguística, que seja superior às demais, e tal superioridade será proporcional ao grau de compatibilidade entre os pressupostos teóricos, a metodologia de pesquisa, por um lado, e a natureza da linguagem, por outro.

O fato é que, quando recusamos a concepção da linguagem como um sistema de representação e passamos a concebê-la como uma *forma de vida*, manifesta segundo uma multiplicidade não inventariável de jogos de linguagem, já nos comprometemos aí com um critério: o modelo teórico para a descrição das línguas que mais claramente fizer ver a linguagem como um fenômeno regulado

unicamente na e pela práxis, pelos jogos de linguagem, haverá de se demonstrar superior aos modelos rivais, haverá de alcançar um nível descritivo mais esclarecedor e mais compatível com o fenômeno múltiplo que é a linguagem.

A metalinguagem que, vocacionada à descrição das formas gramaticais, melhor dá a ver a linguagem como forma de vida, e que melhor catalisa o tipo de estabilidade que a linguagem tem, não se ocupando de isolar as manifestações do *equilíbrio instável*, (Cavell 1979), sobre o qual a natureza da linguagem e da gramática se assentam, e, também, aquela que considera seriamente em seus pressupostos teóricos e metodologia as implicações do “gasto” slogan wittgensteiniano, *o significado está no uso*, será, do ponto de vista aqui assumido, a que melhor condições reúne para descrever as línguas do mundo.

Este estudo mostrará que, entre os principais modelos hoje disponíveis, a Abordagem Construcionista da Gramática, (Goldberg 1995, 2006 e Croft 1999 e 2001) – uma vez despojada de suas ambições explicativas de viés representacionista – apresenta-se como a metalinguagem que reúne as condições e critérios que entendemos como aptos a conferir a essa perspectiva teórica um grau de superioridade em relação a metalinguagens rivais para o enfrentamento do tradicional problema da palavra como unidade linguística. É sobretudo aquela que mais contribui para nos “deixar insatisfeitos com a ideia de universais como explicação para a linguagem” e também com o entendimento de que “necessitamos de limites rígidos para os conceitos linguísticos”. (Cavell 1979: 187, 188).

A seguir, cuidaremos de apresentar, na retórica insatisfeita de linguistas e estudiosos da linguagem de diferentes épocas e tendências, uma significativa parcela da história do problema da palavra para os discursos teóricos sobre a linguagem.

Essa apresentação será acrescida de uma reformulação radical do problema da palavra, conforme narrativa ficcional do filósofo analítico Williard Von Quine, (1960), em sua proposição da tese da Tradução Radical, e servirá para colocar *debaixo de nossos olhos* o problema em sua forma talvez mais “limpa”, *a rocha dura, a pedra no caminho* do linguista.